



**CONFERÊNCIA NACIONAL
SOBRE O CAPITAL HUMANO**

*O Capital Humano
e o Desenvolvimento de Angola*

LUANDA / 29 – 30 AGOSTO / 2025

O Ensino Superior em Angola: Oferta formativa, necessidades do desenvolvimento

Amaro Ricardo



Amaro Ricardo | Doutor em Engenharia e Gestão | Professor
Associado





Questões-guia da conferência:

1. Em que medida a actual oferta formativa das IES responde às necessidades de desenvolvimento do país?
2. Que áreas estão saturadas e quais se encontram sub-representadas nas IES angolanas?
3. Existem mecanismos eficazes de articulação entre as IES e os sectores económico-sociais?
4. Como garantir maior flexibilidade, inovação e pertinência nos currículos?
5. Que políticas públicas podem orientar o equilíbrio entre a oferta académica e a procura de competências?



Agenda:

1. Questões – guia.
2. Metodologia.
3. Conceitos principais.
4. Meta-análise e resultados:
 - a. Os cursos, a matrícula e o equilíbrio da rede.
 - b. As vagas e a escolarização (acesso e frequência).
 - c. A qualidade.
5. Considerações, conclusões e recomendações.



https://linktr.ee/Amaro_Ricardo



Metodologia:

Fontes de Dados

- Anuários do Ensino Superior (MESCTI, 2014-2021).
- Anuário do Ministério da Educação (MÊS, 2020-2021).
- Projecção Populacional 2014-2050 (INE, 2014).
- Resultados da Avaliação Externa e Acreditação (INAARES, 2024-2025).
- Indicadores de emprego/desemprego (INE, 2024).

Meta-análise

- Série temporal de dados dos Anuários do Ensino Superior (2014-2021).
- Resultados de 284 cursos avaliados pela AEA (fases 1, 2 e 3).

Abordagem

- Estatística descritiva e inferencial com SPSS e Modelos de Decisão e Logísticos com MCDA-Ulaval e IA.
- Análise factorial dos 11 indicadores da AEA com SPSS.



Conceitos:

- A **Oferta Formativa (Académica)** pode ser entendida como o **conjunto estruturado de cursos, programas ou actividades técnico-pedagógicas** disponibilizados por instituições reconhecidas, que, em função da sua tipologia, quantidade, qualidade, distribuição territorial, recursos humanos e destinatários, procura responder à procura académica presente e futura, contribuir para o equilíbrio da rede académica nacional e assegurar o desenvolvimento sustentável, o bem-estar social, a paz e a segurança nacional (Altbach, Reisberg & Rumbley, 2009; MESCTI, 2020; UNESCO, 2021).



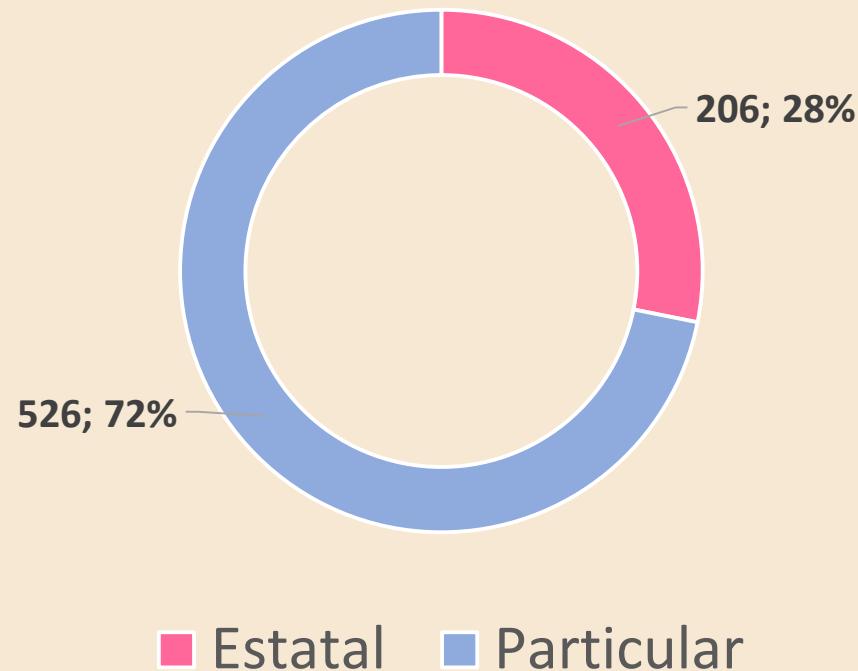
Conceitos:

- **Taxa Bruta de Escolarização (TBE):** Corresponde à razão entre o número total de estudantes matrículados em um determinado nível de ensino e a população em idade adequada para frequentar este nível de ensino. (MESCTI, 2022).
- **Taxa Líquida de Escolarização (TLE):** Corresponde à razão entre o número total de estudantes matrículados em idade adequada para frequentar um determinado nível e a população total na mesma idade, ou seja, indica a percentagem da população na faixa etária que está matriculada no nível de ensino adequado (MESCTI, 2022).
- **Massificação incompleta:** Fenómeno em que a expansão acessível da educação (quantidade) ocorre sem a correspondente inclusão efectiva e qualidade (dimensões qualitativas e igualitárias), preservando ou reconfigurando desigualdades preexistentes. (Altbach, de Wit & Reisberg, 2017; Verchert & Koku, 2024; Conceição, 2024; Tepe et al., 2024)

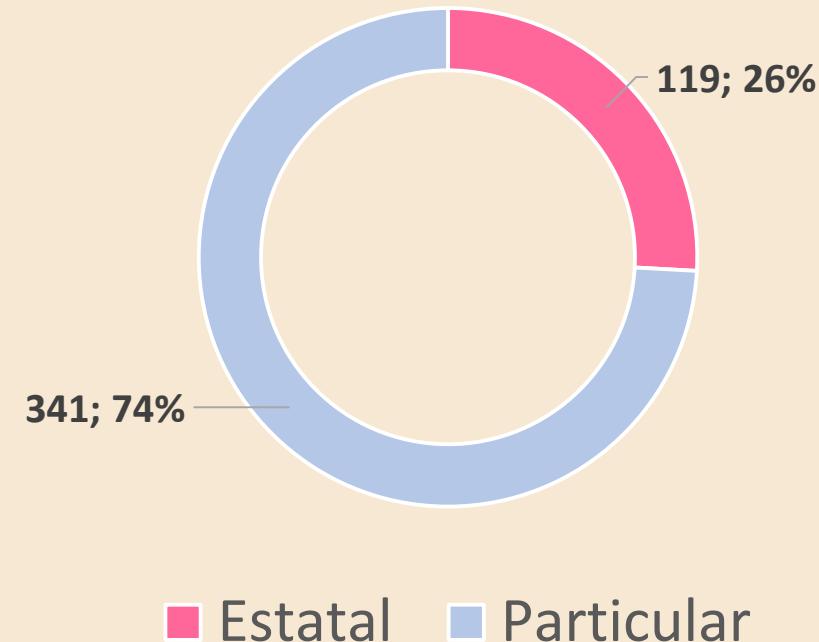


Distribuição dos cursos por domínios e regime. Dados MESCTI (2025)

Ciências Sociais, Humanas e da Educação



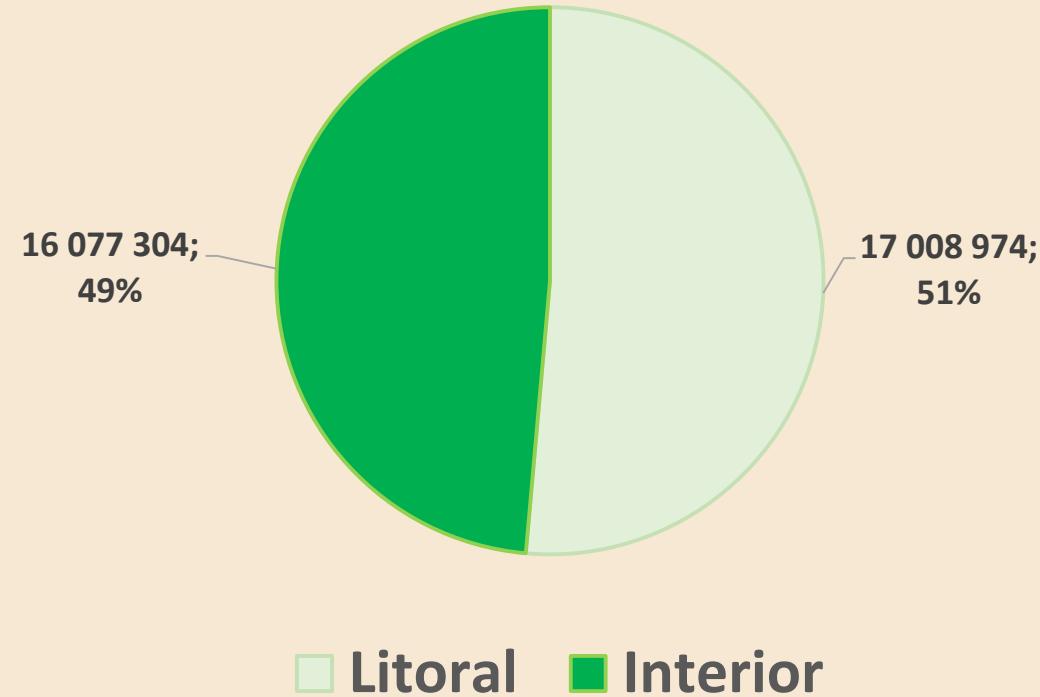
Ciências, Tecnologias e Saúde



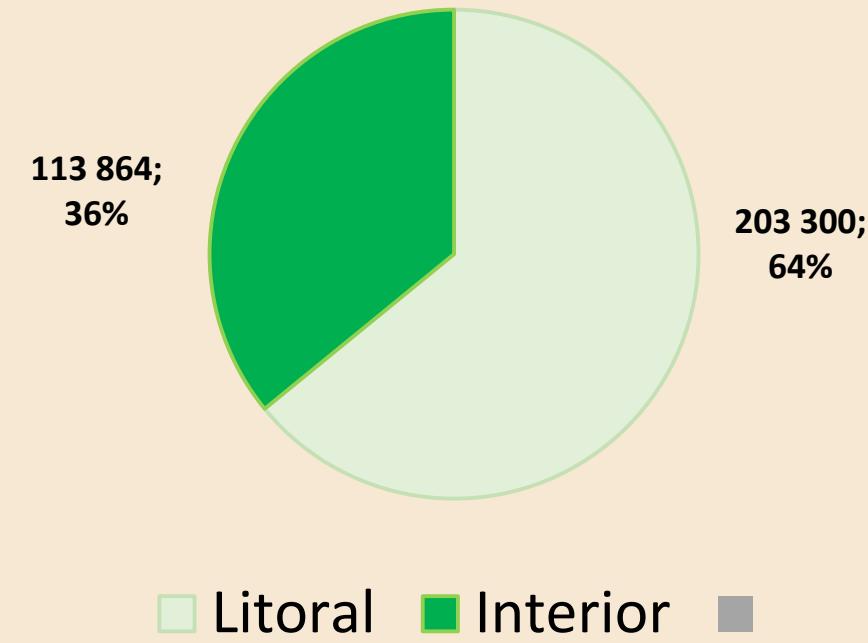


Distribuição da população e da matrícula

População angolana 2022. Dados do INE (2016)



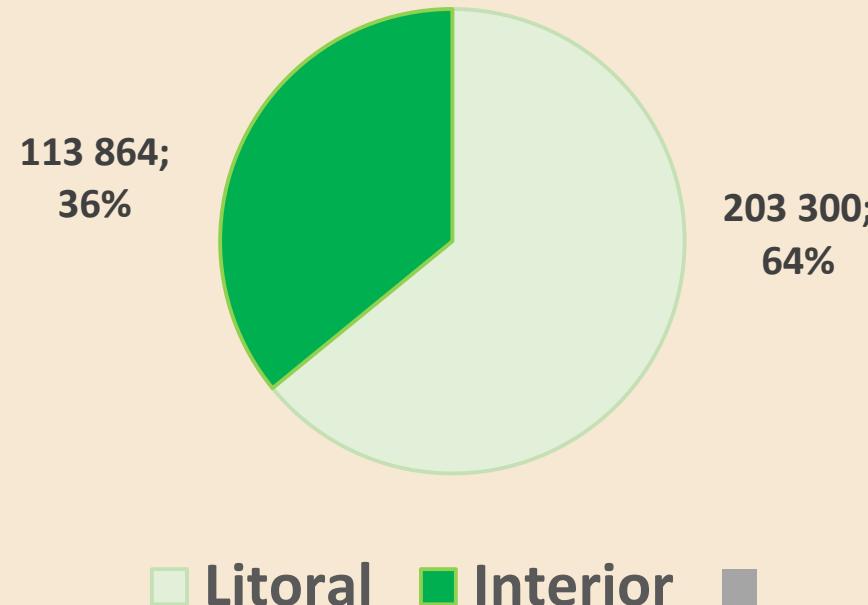
Matrícula nacional 2021/22. Dados do MESCTI (2022)



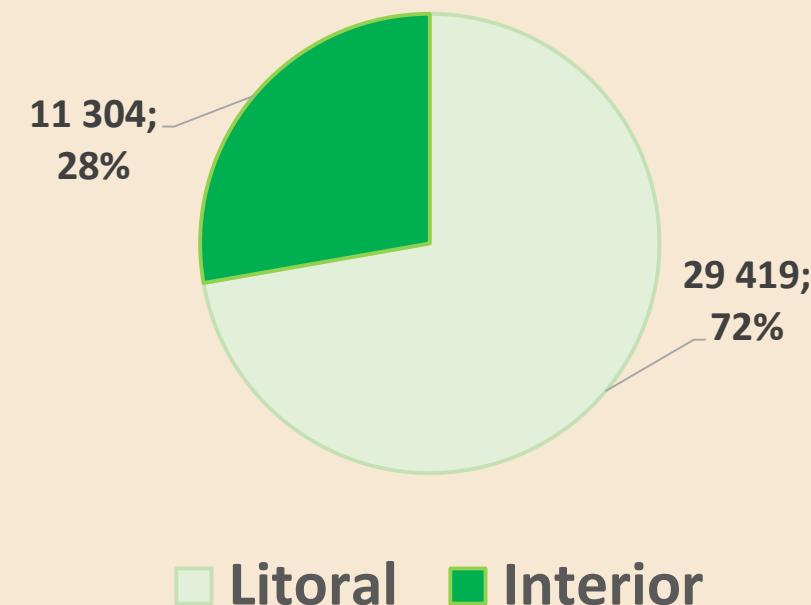


Distribuição da população e da matrícula

Matrícula nacional 2021/22. Dados do MESCTI
(2022)



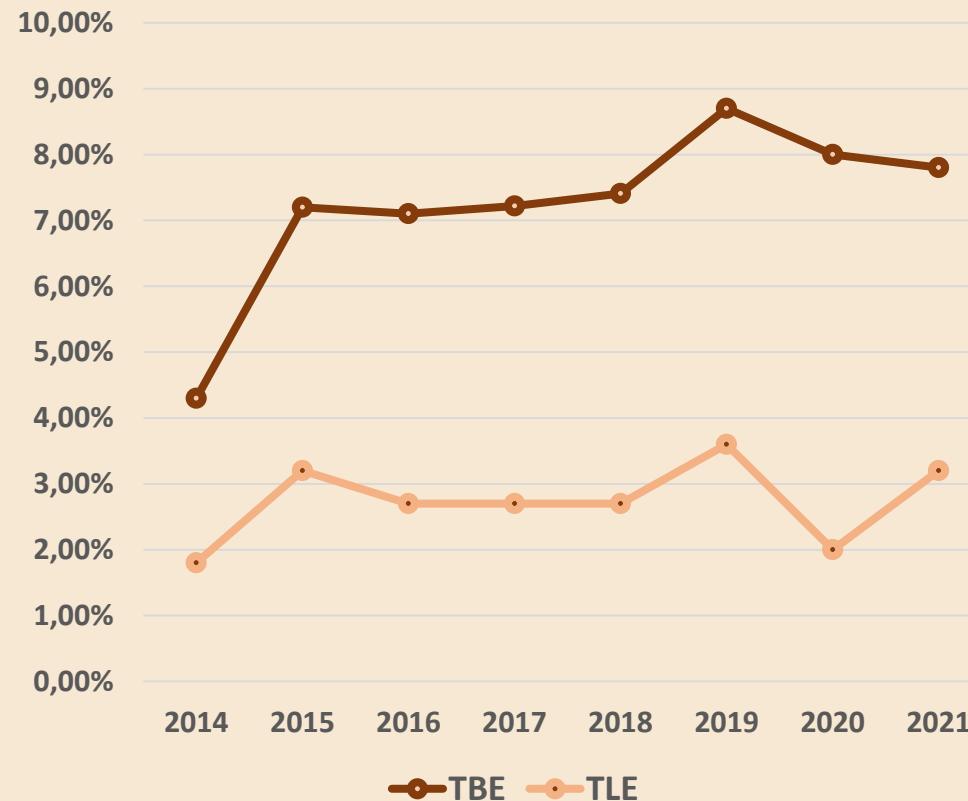
Matrícula STEAM 2021/22. Dados do MESCTI
(2022)



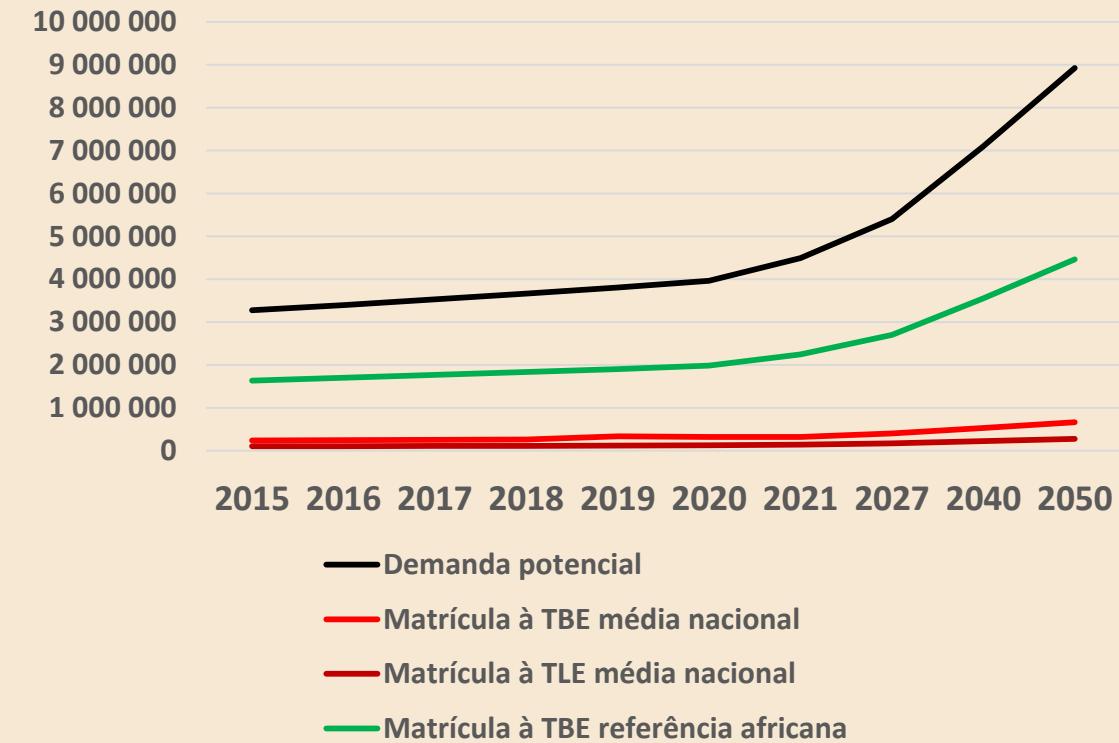


A escolarização

Escolarização. Dados MESCTI (2015-2022)



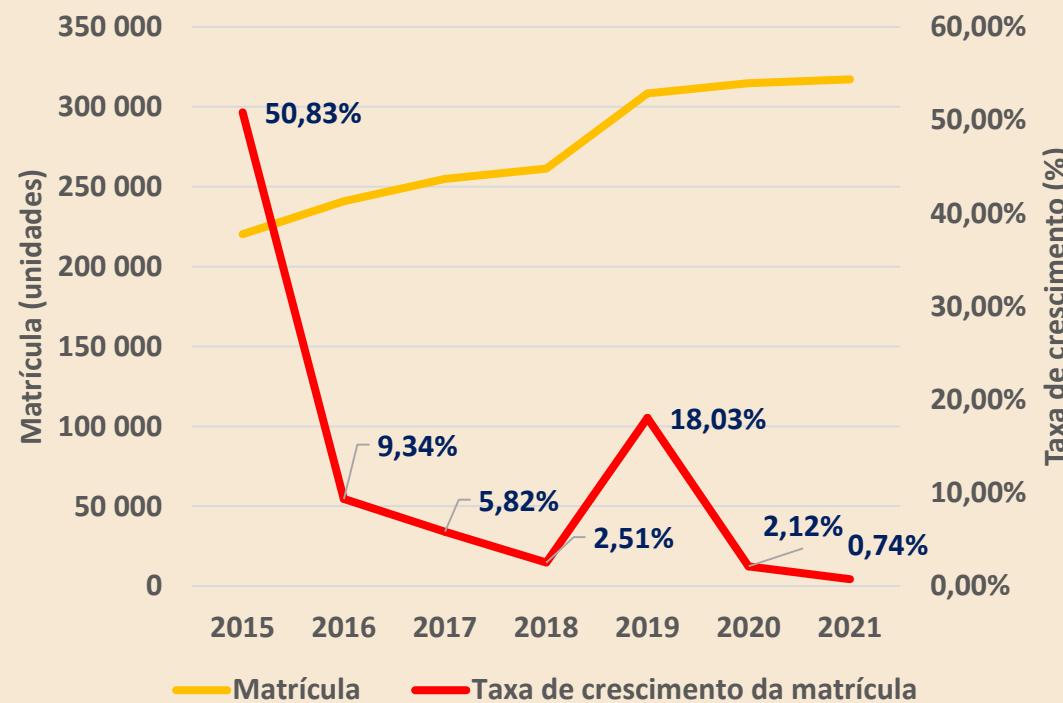
Escolarização. MESCTI (2016-2022), INE(2016)



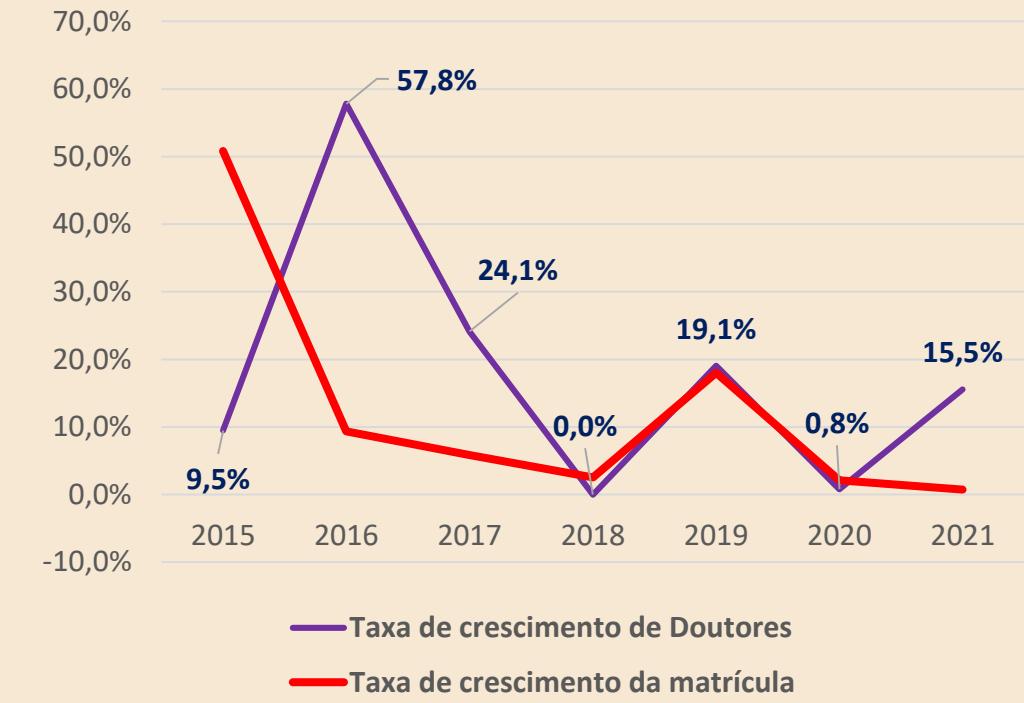


A escolarização e a qualidade

Matrícula e Taxa de crescimento da matrícula. Dados
(MESCTI, 2016-2022)

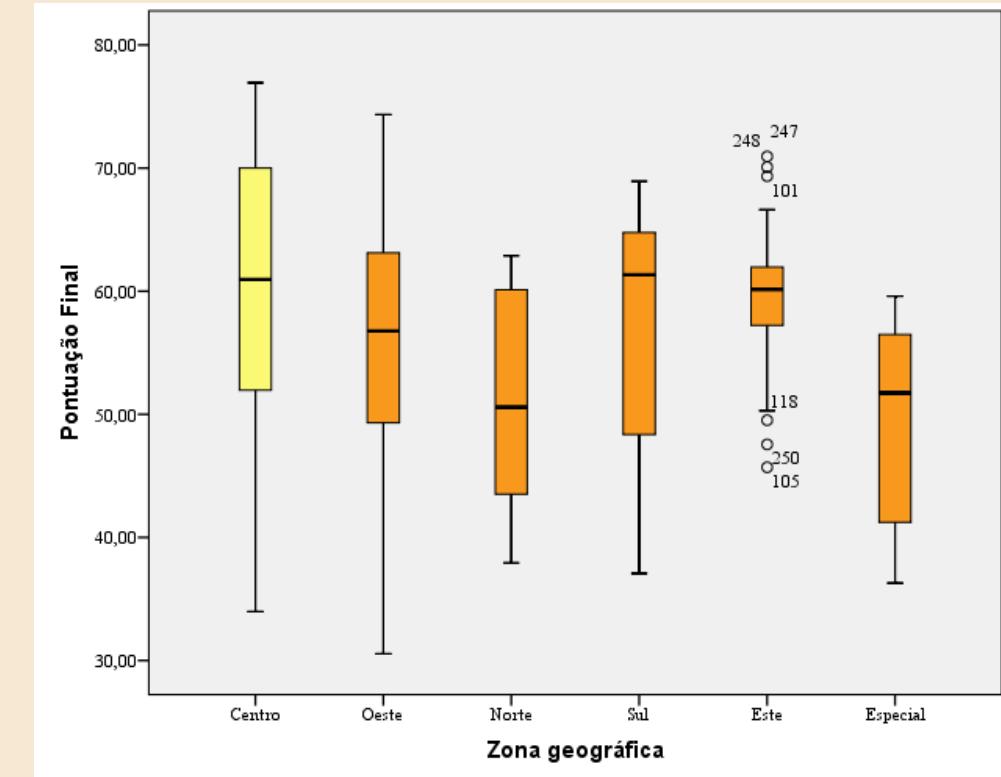
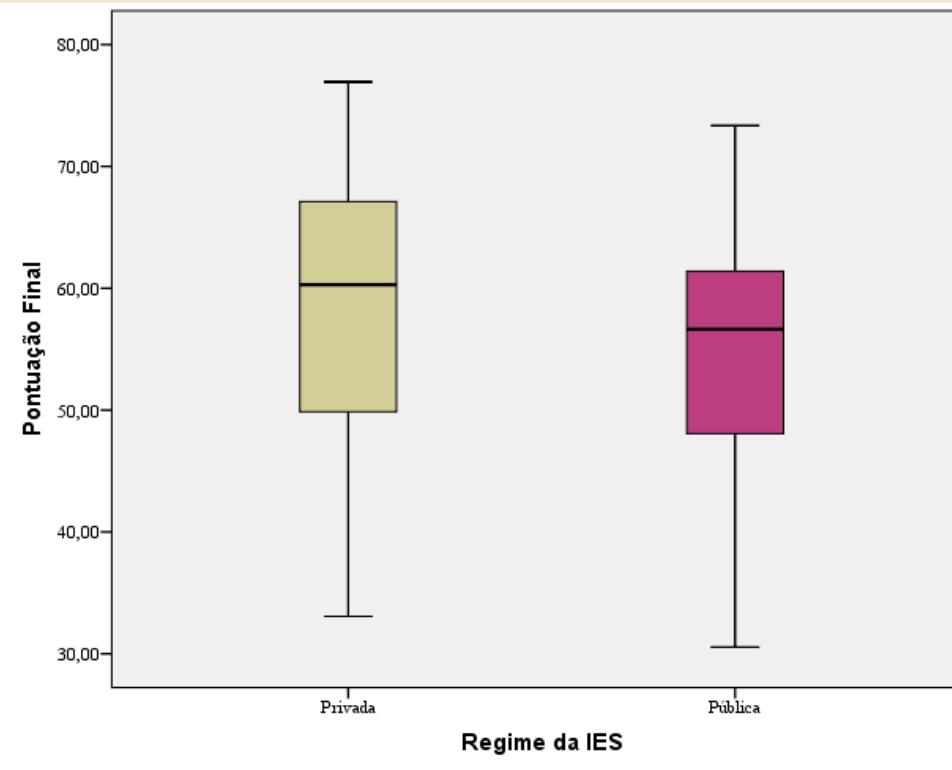


Taxas de crescimento de Doutores e matrícula.
(MESCTI 2016-2022)





A escolarização e a qualidade



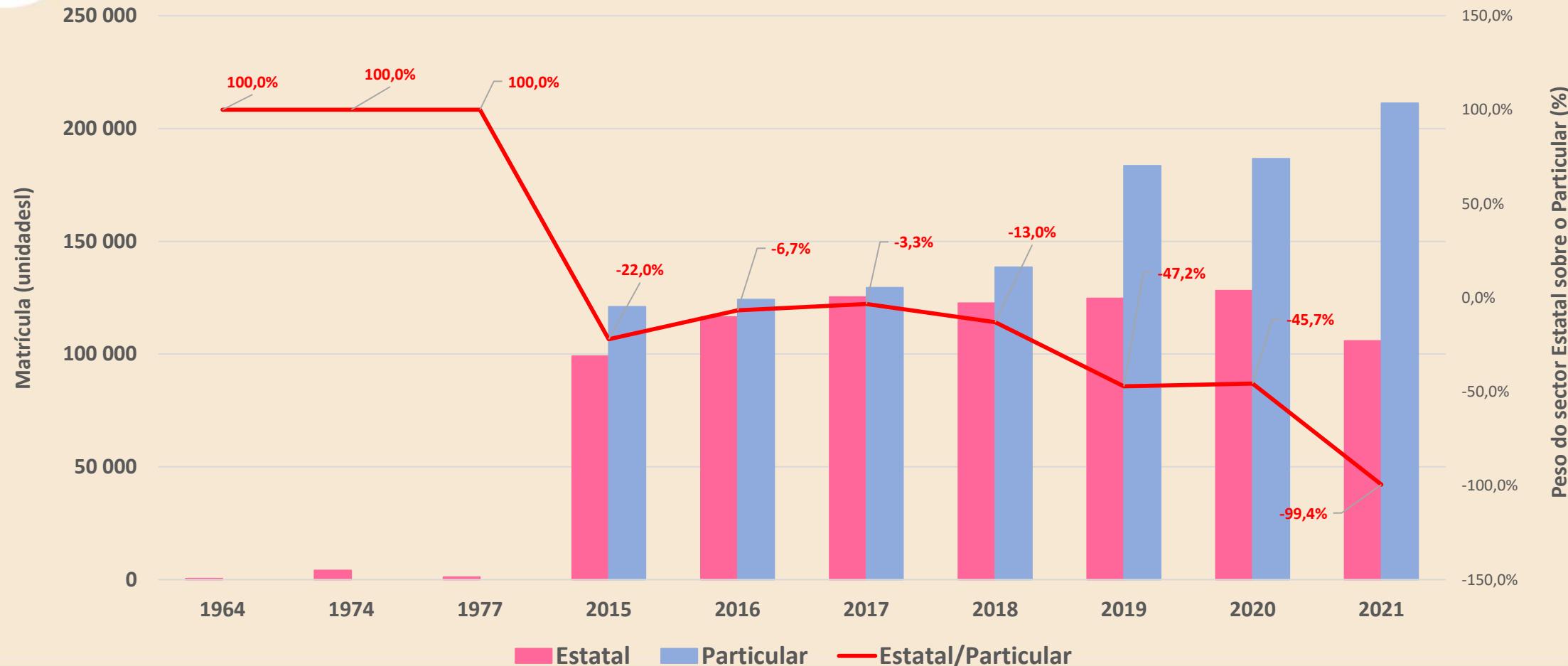


CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE O CAPITAL HUMANO

*O Capital Humano
e o Desenvolvimento de Angola*

29 – 30 AGOSTO
LUANDA / 2025

Evolução da matrícula e relação da matrícula Estatal/Particular. (Silva Neto, 2008; Carvalho 2012; MESCTI, 2015-2022)





Contribuições e conclusões:

Conquistas alcançadas

O Ensino Superior em Angola registou avanços notáveis nos últimos 50 anos: a sua territorialização, passando de três para dezoito províncias; o alargamento da oferta formativa, que hoje conta com quarenta domínios e 1.192 cursos; e a expansão institucional, de uma para 106 IES activas, com a matrícula a crescer de 1.109 estudantes em 1976 para mais de 320 mil em 2024. A população estudantil tornou-se mais jovem — 41,5% têm menos de 24 anos — e mais equilibrada em termos de género, com 48,9% de mulheres.

Desafios na qualificação docente e da qualidade

Apesar destes progressos, a qualificação do corpo docente tem evoluído lentamente e não acompanha a velocidade da expansão da matrícula, afectando permanentemente a qualidade da oferta formativa.

A qualidade da oferta formativa varia de região para região, destacando-se a Região Sul e Centro.



Contribuições e conclusões:

Predomínio do regime particular

A oferta formativa permanece predominantemente sob domínio do regime particular, não apenas pela quantidade de cursos oferecidos, mas também pela sua qualidade e distribuição geográfica. O Estado tem respondido de forma lenta ao crescimento da procura académica. Na sequência disso, o modelo logístico da matrícula, até ano 2050 sugere que esta situação poderá gerar uma procura social reprimida, em virtude das limitações de sustentabilidade financeira das famílias, acelerando a retracção tanto da TBE como da TLE.

A oferta formativa e as necessidades de desenvolvimento

No quadro do regime jurídico do Ensino Superior, a oferta formativa deve articular-se com o Plano de Desenvolvimento Institucional das Instituições de Ensino Superior (IES) e alinhar-se com as políticas públicas de promoção do emprego e de formação de quadros, assegurando, deste modo, a sua relevância social e económica. **Ou seja, a associação entre a oferta formativa e as necessidades do desenvolvimento deve ser regulada/ajustada no acto de licenciamento dos cursos.**



Contribuições e conclusões:

A oferta formativa actual reflete de forma directa a estrutura da economia: segundo o Inquérito ao Emprego e Desemprego (2024), a maioria da população activa está na agricultura e pesca (47,5%) e no comércio (22,6%). **Já a indústria, energia e águas empregam apenas 4,2%**. Além disso, cerca de 80% da população empregada encontra-se no sector informal. **Este quadro limita a absorção dos graduados pelo sector económico e social, restingindo a oferta formativa.**

A oferta formativa articula-se com os Planos de Desenvolvimento e com a Estratégia de Longo Prazo (Angola 2050).



Contribuições e conclusões:

A oferta formativa deve estruturar-se de modo a facilitar o acesso, a frequência, a qualidade e, em última instância, promover o bem-estar social, o crescimento económico, a paz e a segurança nacional.

Os cursos técnicos e tecnológicos em Angola enfrentam um dilema estrutural. O país conta hoje com pouco mais de 1.400 doutores, dos quais menos de 20% pertencem às áreas STEM (ciências, tecnologias, engenharias e matemáticas). Como consequência, a maioria destes cursos é leccionada por licenciados e mestres, havendo escassez de doutores, o que fragiliza o cumprimento dos dispositivos do regime jurídico do Ensino Superior e da AEA, comprometendo e compromete a qualidade. Estes cursos exigem:

- Disponibilidade de capital humano altamente qualificado;
- Infra-estruturas físicas adequadas;
- Um modelo sustentável de propinas no ensino superior particular, compatível com o custo de vida e a capacidade financeira da maioria das famílias;
- Um sector industrial e produtivo diversificado, que assegure estágios profissionais e absorva os graduados.



Contribuições e conclusões:

É, pois, essencial criar condições para a abertura de novos cursos STEM, articulando financiamento público às IES e aos estudantes. A nossa experiência de muitos anos tanto no sector estatal quanto particular, mostra que os pais e encarregados não se dispõem a suportar propinas escolares em cursos que não conferem profissões de “fácil” inserção no mercado de trabalho.

Não há evidências sólidas de saturação generalizada de cursos. Porém, coloca-se a questão: em que cursos, profissões e regiões do país se verifica a saturação? Os indicadores oficiais apontam para uma taxa de desemprego em torno de 30% e um desemprego jovem superior a 50%. Além disso, o mercado de trabalho é predominantemente informal (78,9%), enquanto o sector da indústria, energia e água representa pouco mais de 4%. Assim, o problema da oferta formativa não resulta apenas das opções das IES ou dos estudantes, mas das limitações estruturais do mercado de trabalho e da economia nacional.

É recorrente considerar alguns cursos como saturados, como o caso da engenharia informática. Contudo, são precisamente estes que oferecem maiores possibilidades de exercício liberal, inovação e empreendedorismo. Num mundo cada vez mais digitalizado, como justificar que cursos de informática sejam classificados como excedentários? Não deveriam antes ser ajustados às necessidades emergentes da era da inteligência artificial, da educação digital, da cibernética, da automação e da cibersegurança?

A oferta formativa deve vir acompanhada de uma educação sólida em empreendedorismo académico, orientada para a inovação incremental e radical de produtos e serviços, criando-se novas empresas. Para tal, seria recomendável transferir a tutela do empreendedorismo do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social para o Ministério da Educação e Ensino Superior, ficando o primeiro responsável pela promoção de micro, pequenas e médias empresas (empreendedorismo social).



Contribuições e conclusões:

O Estado, no interesse nacional, pode e deve financiar a abertura de novos cursos, privilegiando as IES que obtenham melhor desempenho no processo de Avaliação Externa e Acreditação (AEA).

A regulação do sector é indispensável para assegurar a qualidade e a relevância social e económica dos cursos. Contudo, esta não deve ser um entrave à expansão do acesso e da frequência no ensino superior, num país jovem e em rápido crescimento populacional. O bem-estar social, a paz e a segurança nacional devem permanecer como critérios orientadores na definição da oferta formativa.



Contribuições e conclusões:

Fluxos migratórios e desigualdades

A actual configuração da oferta formativa, incluindo a área STEAM, tem reforçado fluxos migratórios de jovens e acentuado desigualdades de direitos e oportunidades, comprometendo a coesão territorial e o desenvolvimento harmonioso e sustentável.

Saturação real da oferta

Não existem evidências de saturação da oferta formativa no país. A questão central não é “quantos cursos existem?”, mas sim “quais cursos, em que províncias, em que regime, com que qualidade e que rácios o país necessita no médio e longo prazo?”. Como sustentar uma ideia de saturação quando apenas 20% das crianças em idade pré-escolar, 65% no primário, 31% no secundário do I ciclo e 17% no II ciclo frequentam efectivamente o sistema educativo (Anuário Estatístico da Educação 2020/21, MED & INE, 2024)?

Fragilidade no intercâmbio académico

A análise de 34 relatórios de cursos submetidos à Avaliação Externa e Acreditação (AEA) mostra que dos 11 indicadores, o Indicador 9 — Intercâmbio Académico — apresenta o pior desempenho, com 45,7%. A fraca mobilidade de docentes e estudantes, bem como a limitada inserção internacional, levantam preocupações quanto à adopção efectiva do português do acordo ortográfico e à afirmação da língua inglesa como língua de trabalho no Ensino Superior.



Contribuições e conclusões:

“Massificação incompleta” do Ensino Superior

Embora a matrícula tenha crescido entre 2015 e 2021, esse crescimento é marcado por oscilações, qualidade limitada e não acompanha consistentemente a taxa média de crescimento populacional de 3% ao ano (INE).

Necessidade de soluções estruturais e consistentes

O país precisa de soluções inovadoras em todo o sistema educativo para acelerar a Taxa Líquida de Escolarização (TLE), **melhorar a qualidade de desempenho dos cursos e dos estudantes, acelerar a inclusão e reduzir assimetrias regionais**. Entre as medidas prioritárias destacam-se:

- mecanismos de financiamento às instituições estatais e particulares para cursos e equilíbrio da rede;
- soluções integradas de financiamento ao transporte, alimentação e alojamento estudantil;
- expansão da formação pós-graduada;
- (Re) Avaliação dos cursos do ensino secundário com prosseguimento e correspondência com cursos do Ensino Superior e profissões do mercado de trabalho, e cursos técnico-profissionais;
- concursos nacionais para garantir equidade no acesso e frequência, acelerando a inclusão social;



Contribuições e conclusões:

- revisão da **vocação das IES** segundo a tipologia (academias, universidades, institutos e escolas superiores), melhorando a relação entre o currículo dos cursos as exigências técnicas, científicas e sociais do mercado de trabalho, mitigando o subemprego.
- **Melhoria do modelo de avaliação e acreditação e auditoria interna das IES, tanto para evitar a massificação sem qualidade, como o diminuição da oferta formativa pela via da regulação.**

O Ensino Superior em Angola enfrenta um dilema crucial: como elevar a qualidade da oferta formativa — uma das maiores conquistas do sistema — por via da Auto-Avaliação e da Avaliação Externa e Acreditação (AEA), sem, contudo, restringir ainda mais o acesso e a frequência dos jovens, em virtude da redução do número de vagas que este processo implica?

Referências

- Carvalho, P. (2012). Evolução e crescimento do ensino superior em Angola. Revista Angolana de Sociologia, 9, pp. 51-58. <https://doi.org/10.4000/ras.422>
- Governo de Angola. (2003). Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto. Lei que estabelece as bases do financiamento do Ensino Superior. Diário da República N.º 193/2003, Série I-A de 2003-08-22, pp. 5359-5366.
- Governo de Angola. (2010). Constituição da República de Angola. Angola.
- Governo de Angola. (2016). Republicação da Lei de bases do sistema de educação e ensino. Lei n.º 17/16, de 7 de outubro, Diário da República I Série – N.º 123, de 12 de Agosto de 2020.
- Governo de Angola. (2020). Regime Jurídico do Subsistema do Ensino Superior. Decreto Presidencial n.º 310/20, de 7 de Dezembro. DR I Série – N.º 196 – de 7 de Dezembro.
- Governo de Angola. (2020). Regulamento sobre propinas, taxas e emolumentos das Instituições Públicas de Ensino Superior. Decreto Presidencial n.º 124/20, de 4 de Maio. DR I Série – N.º 60 – de 4 de Maio.
- INAARES (2024b). Resultados da Acreditação – cursos de saúde (2ª fase). MESCTI. Angola.
- INAARES. (2020). Regulamento do processo de Avaliação Externa e Acreditação das IES. Decreto Executivo n.º 109/20, de 10 de Março, DIÁRIO DA REPÚBLICA Série I (27). Angola.
- INAARES. (2025). Relatório de Divulgação dos Resultados do Processo de Avaliação Externa e Acreditação do Ensino Superior: 3ª Fase – cursos de Ciências de Educação. INAARES. Namibe.
- INAARES.(2024a).<https://www.ciencia.ao/noticias/ensino-superior/item/1288-consulta-os-resultados-finais-de-avaliacao-externas-das-9-ies-avaliadas-pelo-inaarees-1-fase>. Consultado em 9/8/2024.
- INE. (2016). Projecção da população 2014-2050. INE - Divisão de reprojecção. Luanda-Angola.
- MESCTI. (2016). Anuário estatístico do Ministério do Ensino Superior 2015. Edições MESCTI. Luanda-Angola.
- MESCTI. (2018). Anuário estatístico do Ministério do Ensino Superior 2017. Edições MESCTI. Luanda-Angola
- MESCTI. (2019). Anuário estatístico do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação do 2018. Edições MESCTI. Luanda-Angola.
- MESCTI. (2020). Anuário estatístico do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação do 2019. Edições MESCTI. Luanda-Angola .
- MESCTI (2025). Regulação da oferta formativa e criação de cursos de graduação no Território angolano. MESCTI. Luanda-Angola.
- Silva Neto, A. (2008). *Que ensino superior para Angola?* Palestra proferida por Sua Exceléncia António Burity da Silva Neto ex-Ministro da Educação.